



Senadores buscam alternativa para guerra fiscal entre estados

Plenário pode votar esta semana projeto de lei que visa legalizar incentivos criados por governos estaduais para atrair empresas

Na opinião de senadores, o país está no caminho certo para um novo pacto federativo. Um grande passo, ressaltam, foi dado na semana passada quando o Plenário aprovou a troca do índice que corrige as dívidas de estados e municípios com a União. Nesta semana, deve ser analisado texto do senador Luiz Henrique sobre proposta original de Lúcia Vânia buscando o entendimento entre os estados na criação de incentivos fiscais. **3**

Walter Pinheiro, da Bahia, conversa com Luiz Henrique, de Santa Catarina: os dois apresentaram textos para superar as disputas entre estados



Moreira Manz/Agência Senado

Polo de roupas enfrenta gargalos **4**

Comissão sabatina indicado à CVM **4**

Senado debaterá racionamento

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) poderá debater o risco de racionamento de energia em 2015. Após a divulgação pelo governo da possibilidade de ocor-

rência do problema no próximo ano nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, o senador Sérgio Petecão propôs o convite a especialistas do setor para analisar o assunto. **2**



Reprodução/Embrapa

Usinas da Companhia Hidrelétrica do São Francisco estão sob risco de reduzir geração de energia



Jefferson Rudy/Agência Senado

Presidente da CPI, Vital do Rêgo, e relator, Marco Maia, querem ampliar prazo para investigação

CPI mista retoma depoimentos

A CPI Mista da Petrobras tem marcada para amanhã, às 14h30, reunião para o depoimento do gerente de Contratos da empresa, Edmar Diniz Figueiredo.

Senadores e deputados recolhem assinaturas para prorrogar os trabalhos da comissão até 22 de dezembro, junto com o fim do ano legislativo. **3**

NOVEMBRO AZUL: TROQUE O PRECONCEITO PELA PREVENÇÃO

O câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, atrás apenas das doenças cardíacas. Por isso o Congresso Nacional apoia e participa do Novembro Azul - campanha mundial de conscientização dos homens para a necessidade da prevenção à doença. O exame de próstata não tira a masculinidade de ninguém e o diagnóstico precoce aumenta muito as chances de cura. Troque o preconceito pela prevenção e viva com mais saúde.

Comissão quer discutir racionamento de energia

Após divulgação pelo governo da previsão de 5% de possibilidade de faltar energia em 2015 nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, Sérgio Petecão sugeriu debate sobre situação do setor e providências possíveis

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) pretende ouvir autoridades do setor para avaliar o risco de racionamento de energia em 2015. Na semana passada, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) divulgou nota segundo a qual o risco de faltar energia elétrica no país em 2015 chegou a 5% para as Regiões Centro-Oeste e Sudeste, o que constitui o limite máximo tolerado pelo governo.

Para o vice-presidente da CI, Sérgio Petecão (PSD-AC), os números apresentados são preocupantes. Ele defende a realização de audiência pública sobre o tema:

— Está na hora de a CI convidar alguns dirigentes dessas empresas para que possam trazer informações concretas, a fim de que possamos tomar



Usina de Paulo Afonso, no São Francisco, enfrenta grave crise devido à seca

providências para evitar o racionamento — afirmou Petecão à Rádio Senado.

Também falando à emissora, Kaká Andrade (PDT-SE) defendeu a revitalização das bacias hidrográficas do país para assegurar a geração elétrica e o abastecimento de água. Preocupado com o Rio São Francisco, ele cobrou da Companhia Hidrelétrica do

São Francisco (Chesf) uma ação mais efetiva para salvar o rio.

De acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), apesar dos níveis reduzidos em muitos reservatórios, o período chuvoso está se iniciando dentro da normalidade, conforme as previsões dos institutos oficiais de meteorologia.

Cristovam: governo terá herança maldita que ele mesmo deixou



Ao fazer uma reflexão sobre as perspectivas do segundo mandato de Dilma Rousseff, Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou na sexta-feira que a presidente receberá de si própria uma herança maldita. O senador cobrou uma mudança de postura do governo e a adoção de uma nova política econômica que permita ao país sair do atual cenário, que, segundo ele, beira a recessão.

— O que desagrega mais imediatamente um país é a crise econômica. A educação está péssima, mas o país continua funcionando. A saúde vai mal, mas o país continua funcionando. Mas quando a economia vai mal, é o conjunto da sociedade que entra em crise. Nossa economia não está bem — argumentou.

Anibal Diniz pede a Aécio que auxilie na união do país



Em discurso na sexta-feira, Anibal Diniz (PT-AC) conclamou o candidato derrotado à Presidência da República, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), a assumir a responsabilidade dos tucanos na busca pela união do Brasil.

Anibal afirmou que a presidente Dilma governa para todos, não apenas para os 54 milhões de eleitores que a reelegeram. O senador disse ainda que as manifestações que têm pedido o impeachment da presidente e até uma intervenção militar não são dignas de uma democracia madura.

— Mais do que perder ganhando, temos que saber ganhar e saber perder. Aécio perdeu e Dilma ganhou. Vamos respeitar essa decisão e seguir em frente — afirmou.

Ana Amélia ressalta compromisso de Dilma com imprensa livre



Ao tratar da regulação da mídia, defendida pelo PT, Ana Amélia (PPRS) elogiou o compromisso

assumido pela presidente Dilma Rousseff com a defesa da liberdade de expressão. Na sexta-feira, a senadora leu em Plenário declaração da presidente na qual defende a regulação econômica do setor de comunicações — assim como é feito com outras áreas da economia, como transporte, energia e petróleo —, mas diz não abrir mão da liberdade de manifestação de pensamento.

— Com a declaração, pode-se cobrar da presidente que mantenha sempre, em questões relacionadas à liberdade de expressão, tal posicionamento. Como jornalista que fui durante décadas, espero e confio que ela cumpra a palavra.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Debates

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores.

CDH Doença falciforme

9h A Comissão de Direitos Humanos faz debate interativo sobre o atendimento a pessoas com doença falciforme, anemia causada por fatores genéticos que atinge especialmente a população negra.

SESSÃO ESPECIAL Irmãs de Maria

11h Sessão comemora 50 anos de fundação da Congregação das Irmãs de Maria.

CCT Carregador de celular

9h Entre os projetos em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia, estão o substitutivo da Câmara ao PLS 293/2012, conhecido como Lei Geral das Antenas, que estabelece normas gerais para compartilhamento de infraestrutura de redes de telecomunicações; e o PLS 96/2014, que padroniza os carregadores de bateria dos smartphones.

CMA Descarte de medicamentos

9h30 A Comissão de Meio Ambiente pode avaliar, entre outros textos, o PLS 148/2011, que disciplina o descarte de medicamentos de uso humano e de uso veterinário.

CAE Sabatina

10h Senadores sabatinam Pablo Waldemar Renteria para cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Depois, analisam projetos. Entre eles, o PLS 86/2014, sobre isenção do Imposto de Importação para instrumento musical adquirido por músicos.

CE Adiamento de feriados

11h Na pauta da comissão, o PLS 514/2007, sobre concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo para formação profissional aos dependentes dos empregados; e o PLC 108/2009, sobre adiamento de feriados.

CPMI/PETROBRAS Depoimento

14h30 A comissão mista avalia requerimentos de convocação de autoridades. Depois, ouve o gerente de Contratos da Petrobras, Edmar Diniz de Figueiredo.

MEDIDA PROVISÓRIA Aviação regional

14h30 Continuação da terceira reunião da comissão mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 652/2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.

QUARTA

CMO Miriam Belchior

15h A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, deve participar de audiência pública para prestar esclarecimentos sobre a proposta orçamentária para 2015 (PLN 13/2014).

CAS Fenilalanina

9h Entre outros projetos, a CAS analisará o PLC 107/2008, que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

CDR Estruturação do turismo

9h A Comissão de Desenvolvimento Regional debate com representantes do setor público a estruturação dos destinos turísticos brasileiros. Entre os convidados, o ministro do Turismo, Vinicius Nobre Lages.

CCJ Demitidos da Caixa

10h A Comissão de Constituição e Justiça analisa projeto sobre reintegração no emprego dos funcionários da Caixa Econômica Federal demitidos entre 1995 e 2003.

CDH Violência doméstica

11h30 Entre os 31 itens da pauta da Comissão de Direitos Humanos, projeto que garante à mulher vítima de violência doméstica receber benefício eventual.

CCAI Análise de requerimentos

14h30 A Comissão de Controle das Atividades de Inteligência faz reunião secreta para apreciação de requerimentos.

QUINTA

FÓRUM Comunicação pública

9h O Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014 vai discutir e amadurecer propostas para a área. O evento será no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

CRE Novos embaixadores

10h Na pauta, 4 mensagens para apreciação de embaixadores e requerimento de audiência para o Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

CCJ Proteção do meio ambiente

9h Audiência sobre o papel dos juizes na proteção do meio ambiente. Entre os convidados, o ministro Herman Benjamin (STJ) e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

FÓRUM Comunicação pública

9h Continuação do Fórum Brasil de Comunicação Pública. O evento é uma organização da Câmara dos Deputados.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Guerra fiscal entre estados volta à pauta nesta semana

Senadores acreditam que votações previstas aproximam o país de um novo pacto federativo, consolidando avanços conseguidos na semana passada com aprovação de novo índice para dívidas

A VOTAÇÃO DO projeto que busca solucionar a guerra fiscal, legalizando incentivos criados por estados e Distrito Federal (PLS 130/2014), está prevista na pauta do Plenário desta semana. O texto é o quinto substitutivo apresentado este ano pelo relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), que incorporou parcialmente emendas de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto original de Lúcia Vânia (PSDB-GO). Em Plenário, a proposta poderá receber novas emendas.

O substitutivo permite aos estados e ao DF a celebração de convênios para perdão dos créditos tributários decorrentes de incentivos em desacordo com a Constituição. Ao mesmo tempo, faculta a recriação desses benefícios, que os estados instituem para atrair a instalação de empresas.

Atualmente, qualquer convênio com esse objetivo requer a aprovação dos 27 secretários estaduais de Fazenda. A nova regra, aplicável apenas às convalidações, torna válido o convênio que tiver a assinatura dos representantes de dois terços dos estados e um terço das unidades federadas integrantes de cada uma das cinco regiões do país.

Caminho certo

Para Luiz Henrique, Walter Pinheiro (PT-BA) e Ruben Figueiró (PSDB-MS), o país deu mais um passo rumo a um novo pacto federativo, após a aprovação, semana passada, do projeto que altera o índice de correção das dívidas dos estados e municípios com a União.

— Abrimos a guerra para um novo pacto federativo aqui no Senado. Aprovamos a resolução do ICMS sobre importação, o comércio eletrônico, que está emperrado lá na Câmara. Espero que a gente possa votar a convalidação dos benefícios fiscais — disse Pinheiro.

O senador apresentou, na quarta-feira, a PEC 41/2014, que propõe a unificação do ICMS e o estabelecimento de mecanismos para compensar perdas de estados e municípios com as mudanças nos incentivos fiscais, além da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional, para ser usado como estimulador de economias locais.

Luiz Henrique, também relator da PEC, acredita que o PLS 130/2014 deve ser votado nesta semana.

Nova representação no Senado

A consolidação do novo pacto federativo será buscada, a partir de fevereiro, por bancadas estaduais renovadas com o resultado das eleições de outubro

SUPLENTE EM EXERCÍCIO	TITULARES	TITULARES A PARTIR DE FEV/2015
AC	▪ Anibal Diniz (PT) ▪ Jorge Viana (PT) ▪ Sérgio Petecão (PSD)	▪ Gladson Camelli (PP)
AL	▪ Fernando Collor (PTB) ▪ Benedito de Lira (PP) ▪ Renan Calheiros (PMDB)	▪ Fernando Collor (PTB)
AM	▪ Alfredo Nascimento (PR) ▪ Eduardo Braga (PMDB) ▪ Vanessa Grazziotin (PCdoB)	▪ Omar Aziz (PSD)
AP	▪ José Sarney (PMDB) ▪ João Capiberibe (PSB) ▪ Randolfe Rodrigues (PSOL)	▪ Davi Alcolumbre (DEM)
BA	▪ João Durval (PDT) ▪ Lídice da Mata (PSB) ▪ Walter Pinheiro (PT)	▪ Otto Alencar (PSD)
CE	▪ Inácio Arruda (PCdoB) ▪ Eunício Oliveira (PMDB) ▪ José Pimentel (PT)	▪ Tasso Jereissati (PSDB)
DF	▪ Gim (PTB) ▪ Cristovam Buarque (PDT) ▪ Rodrigo Rollemberg (PSB)*	▪ Reguffe (PDT) ▪ Hélio José (PSD)
ES	▪ Ana Rita (PT) ▪ Magno Malta (PR) ▪ Ricardo Ferraço (PMDB)	▪ Rose de Freitas (PMDB)
GO	▪ Cyro Miranda (PSDB) ▪ Lúcia Vânia (PSDB) ▪ Wilder Morais (DEM)	▪ Ronaldo Caiado (DEM)
MA	▪ Fleury (DEM) ▪ Epitácio Cafeteira (PTB) ▪ João Alberto (PMDB)	▪ Roberto Rocha (PSB)
MT	▪ Lobão Filho (PMDB) ▪ Jayme Campos (DEM) ▪ Pedro Taques (PDT)* ▪ Blairo Maggi (PR)	▪ W. Fagundes (PR) ▪ José A. Medeiros (PPS)
MS	▪ Ruben Figueiró (PSDB) ▪ Antonio Russo (PR) ▪ Delcídio do Amaral (PT) ▪ Waldemir Moka (PMDB)	▪ Simone Tebet (PMDB)
MG	▪ Antônio Aureliano (PSDB) ▪ Aécio Neves (PSDB) ▪ Zeze Perrella (PDT)	▪ A. Anastasia (PMDB)
PA	▪ Mário Couto (PSDB) ▪ Jader Barbalho (PMDB) ▪ Flexa Ribeiro (PSDB)	▪ Paulo Rocha (PT)
PB	▪ Cícero Lucena (PSDB) ▪ Cássio Cunha Lima (PSDB) ▪ Vital do Rêgo (PMDB)	▪ José Maranhão (PMDB)
PR	▪ Wilson Matos (PSDB) ▪ Alvaro Dias (PSDB) ▪ Gleisi Hoffmann (PT) ▪ Roberto Requião (PMDB)	▪ Alvaro Dias (PSDB)
PE	▪ Douglas Cintra (PTB) ▪ Jarbas Vasconcelos (PMDB) ▪ Armando Monteiro (PTB) ▪ Humberto Costa (PT)	▪ Fernando Bezerra (PSB)
PI	▪ João Vicente Claudino (PTB) ▪ Wellington Dias (PT)* ▪ Ciro Nogueira (PP)	▪ Elmano Férrer (PTB) ▪ Maria Regina (PT)
RJ	▪ Francisco Dornelles (PP) ▪ Marcelo Crivella (PRB) ▪ Lindbergh Farias (PT)	▪ Romário (PSB)
RN	▪ Ivonete Dantas (PMDB) ▪ José Agripino (DEM) ▪ Garibaldi Alves Filho (PMDB)	▪ Fátima Bezerra (PT)
RS	▪ Paulo Davim (PV) ▪ Pedro Simon (PMDB) ▪ Ana Amélia (PP) ▪ Paulo Paim (PT)	▪ Lasier Martins (PDT)
RO	▪ Odacir Soares (PP) ▪ Acir Gurgacz (PDT) ▪ Ivo Cassol (PP) ▪ Valdir Raupp (PMDB)	▪ Acir Gurgacz (PDT)
RR	▪ Mozarildo Cavalcanti (PTB) ▪ Ângela Portela (PT) ▪ Romero Jucá (PMDB)	▪ Telmário Mota (PDT)
SC	▪ Casildo Maldaner (PMDB) ▪ Luiz Henrique (PMDB) ▪ Paulo Bauer (PSDB)	▪ Dário Berger (PMDB)
SP	▪ Eduardo Suplicy (PT) ▪ Aloysio Nunes (PSDB) ▪ Marta Suplicy (PT)	▪ José Serra (PSDB)
SE	▪ A. C. Rodrigues (PR) ▪ Maria do Carmo (DEM) ▪ Antonio C. Valadares (PSB)	▪ Maria do Carmo (DEM)
TO	▪ Kaká Andrade (PDT) ▪ Eduardo Amorim (PSC) ▪ Kátia Abreu (PMDB) ▪ Atalides Oliveira (Pras) ▪ Vicentinho Alves (SD)	▪ Kátia Abreu (PMDB)

* Estão deixando a Casa por terem sido eleitos governadores



Relator da CPI mista, Marco Maia, e o presidente, Vital do Rêgo

CPI Mista da Petrobras ouve gerente de Contratos amanhã

A CPI Mista da Petrobras volta a se reunir amanhã para ouvir o gerente de Contratos da empresa, Edmar Diniz Figueiredo. Ele deve ser questionado a respeito de pagamento de propina a funcionários para facilitar a contratação de navios-plataforma. Os contratos da SBM com a Petrobras somam US\$ 27 bilhões.

Na reunião, a comissão de inquérito deve decidir também se convoca o presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado,

e o ex-diretor de Serviços da Petrobras Renato Duque. Os dois teriam sido citados por Paulo Roberto Costa como envolvidos no esquema de corrupção na companhia. Paulo Roberto Costa fez acordo de delação premiada com a Polícia Federal e o Ministério Público em troca de redução da pena.

A comissão, que pode ter o período de trabalho prorrogado até 22 de dezembro, também aguarda que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se manifeste sobre o acesso à delação premiada de Costa.

Em nota, PSDB nega ter participado de acordo para não convocar políticos

O PSDB divulgou na quinta-feira nota oficial, assinada pelo senador Aécio Neves (MG), negando ter participado de qualquer tratativa para evitar investigações da CPI Mista da Petrobras.

No documento, Aécio, que é presidente do partido, diz que o PSDB lutou pela instalação da CPI mista e agora tem de “ir a fundo” na apuração. A nota é uma resposta à decisão da CPMI de não convocar, por enquanto, agentes políticos. Segundo o relator, deputado Marco Maia (PT-RS), não haveria tempo hábil para fazer as convocações e ouvir a todos.

No mesmo dia em que a

CPI decidiu pela não convocação, Aécio defendeu o aprofundamento das investigações e a punição dos envolvidos no caso.

Veja a íntegra da nota:

“O PSDB não pactua com qualquer tipo de acordo que impeça o avanço das investigações da CPMI da Petrobras. Lutamos pela instalação da CPMI. Temos de ir a fundo na apuração do chamado ‘petrolão’ e na responsabilização de todos que cometeram eventuais crimes, independentemente da filiação partidária. Essa é a posição inarredável do PSDB.

Senador Aécio Neves
Presidente nacional do PSDB”

Comissões de inquérito podem ser estendidas até o fim do ano legislativo

As duas comissões parlamentares de inquérito que investigam a existência de um esquema de corrupção na Petrobras podem ter os trabalhos prorrogados até o final do ano legislativo. Ambas poderão funcionar até o dia 22 de dezembro, último dia útil antes do início do recesso parlamentar.

Foi protocolado na Mesa do Senado o requerimento de prorrogação da CPI da Petrobras do Senado. Os trabalhos da comissão se-

riam encerrados em 9 de novembro e agora irão até o fim do ano legislativo. O requerimento pela prorrogação dos trabalhos foi assinado por 30 senadores.

O requerimento de prorrogação da CPI Mista da Petrobras ainda não foi protocolado na Mesa do Congresso, mas o número mínimo de assinaturas (27 senadores e 171 deputados) já foi alcançado. Os trabalhos da CPI mista seriam encerrados em 23 de novembro.

Indicado à Comissão de Valores será sabatinado

Senadores farão audiência amanhã com Pablo Waldemar Renteria, nome apresentado pela Presidência da República para a diretoria da Comissão de Valores Mobiliários

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) sabatina amanhã Pablo Waldemar Renteria, indicado à diretoria colegiada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O órgão é encarregado de regular o funcionamento do mercado de valores mobiliários e de coibir fraudes no mercado.

Após a sabatina, a indicação será votada pela comissão e, posteriormente, pelo Plenário do Senado.

Na terça-feira passada, foi feita a leitura do relatório de Walter Pinheiro (PT-BA) sobre a indicação. Na presidência da reunião, Luiz Henrique (PMDB-SC) concedeu vista coletiva da matéria, procedimento de praxe no caso de indicações.

O currículo do indicado, anexado à mensagem da presidente da República ao Senado, informa que ele, como

superintendente do órgão, conduziu diversas investigações sobre *insider trading* (negociação baseada no conhecimento de informações relevantes ainda não disponíveis ao público), operação fraudulenta, manipulação de mercado, exercício abusivo do poder de controle em companhias abertas, entre outros temas.

O relatório afirma que Pablo Renteria tem um irmão que atua, desde 2008, como gestor em uma sociedade de administração de recursos de terceiros. Segundo o relatório, apesar de o indicado desempenhar atividade privada vinculada à CVM, a Lei 12.813/2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal, não impede a posse de autoridades em tal situação.

De acordo com o documento, é ne-



Senador Luiz Henrique (D) coordena audiência da CAE com Pablo Renteria (E), na semana passada

cessário apenas que o agente público envie à Comissão de Ética Pública ou à Controladoria-Geral da União (CGU) declaração indicando a existência de parente no exercício de atividades que

possam suscitar conflito de interesses, além de se abster de praticar ato em benefício do parente.

A sabatina será às 10h, no plenário 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Projeto que cria áreas de livre comércio está na pauta de votações

Entre as propostas que a CAE poderá votar amanhã, após a sabatina de Pablo Renteria, está a que cria áreas de livre comércio em municípios de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Pará. De acordo com o texto, as isenções e os benefícios a esses locais serão mantidas por 25 anos, a partir da publicação da lei.

Ao apresentar o projeto (PLS 221/2009) há cinco anos, a então senadora Marisa Serrano previu áreas livres em Corumbá e Ponta Porã, municípios de Mato Grosso do Sul. No relatório favorável à proposta, Antonio Carlos Rodrigues (PR-SP)

incluiu Cáceres (MT), sugestão de Pedro Taques (PDT-MT), e Santarém (PA), emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Outro projeto em pauta é o PLS 86/2004, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O texto isenta do Imposto de Importação instrumentos musicais comprados diretamente no exterior por orquestras ou entidades afins. O benefício também valeria para o uso pessoal de músico profissional, inscrito no Conselho Regional da Ordem dos Músicos do Brasil.

Pela proposta, a isenção vai durar cinco anos e será restrita a instru-

mentos musicais sem similares no mercado nacional. Além disso, o benefício só valerá para um instrumento por músico profissional e poderá ser utilizado apenas uma vez.

As orquestras e músicos também poderão comprar instrumentos no exterior sem pagar PIS-Pasep-Importação e Cofins-Importação. Emendas com esse objetivo foram incluídas pelo relator, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Se aprovados na Comissão de Assuntos Econômicos, os dois projetos poderão seguir para a análise da Câmara dos Deputados.

A CAE poderá analisar, ainda, pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para que seja convidada Cláudia Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar). O objetivo é que ela fale sobre denúncias de fraudes no mercado financeiro que atingem o fundo de pensão dos funcionários dos Correios, o Postalís.

Segundo reportagens, uma das operações, no valor de R\$ 40 milhões, envolve a empresa gestora de investimentos DTW, indicada ao Postalís pelo doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava-Jato.

Agreste busca desenvolvimento das confecções

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fez na sexta-feira, em Caruaru (PE), um seminário com o tema "O arranjo produtivo local de confecção e o turismo como vetores do desenvolvimento da região agreste". O evento teve apoio da Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (Acic).

— O seminário deve ter como desdobramento a busca do entendimento com os governos federal, estadual e municipal para resolver os problemas que emperram a produção das confecções — disse Douglas Cintra (PTB-PE), que apresentou o requerimento para o debate.

Segundo o senador, o polo de confecções de Caruaru, que responde por 15% a 20% da produção nacional de jeans, é uma das maiores forças econômicas da região, mas precisa superar entraves na área tributária, na qualificação e nas práticas ambientais para que seja distribuído o crescimento econômico do estado.

O diretor técnico do Sebrae de Pernambuco, Afonso Aloísio de Sá Ferraz, disse que 70%



Douglas Cintra (C) coordena o seminário na Associação Comercial de Caruaru

da confecção do agreste são vendidos no Nordeste. Para ele, informalidade, falta de trabalhadores qualificados e questão ambiental podem ser apontadas como pontos fracos das empresas da região. Baixo custo da mão de obra, preço final acessível e capacidade de adaptação são os pontos fortes.

A questão ambiental teve destaque no debate. Para Gilka Miranda, promotora do Ministério Público de Pernambuco, é possível compatibilizar o respeito à legislação ambiental com o desenvolvimento da região. Ela informou que cerca de 200 empresas enfrentam ações e que mais da metade foi

fechada: hoje apenas 77 estão autorizadas a funcionar, com tratamento residual próximo dos 100% de eficiência.

Também participaram do seminário o prefeito de Caruaru, José Queiroz; o coordenador-geral de Programas Sub-regionais do Ministério da Integração Nacional, Marcos Santana; e o diretor-adjunto da Unidade Regional Agreste da Federação das Indústrias de Pernambuco, João Bezerra Filho. Representantes da Empresa de Turismo de Pernambuco, da Fecomércio e da Fundação de Cultura e Turismo de Caruaru também compareceram ao evento.

Paim: proteção no trabalho não anula direito a adicionais

Paulo Paim (PT-RS) defendeu a aprovação do PLS 58/2014, de autoria dele, que assegura o pagamento de adicionais de periculosidade, penosidade e insalubridade a trabalhadores, bem como aposentadoria especial, mesmo quando o empregado utiliza equipamentos de proteção individual (EPIs).

Segundo ele, o STF está analisando recurso sobre tese do

INSS — equivocada, na opinião dele — de que o uso de EPI afastaria o direito ao benefício.

— Se ele [policial] usa colete à prova de bala, capacete, óculos adequados, não tem mais adicional de risco? Se o trabalhador numa fundição coloca aquela máscara, põe proteção para o enfrentamento na boca do forno, vamos tirar o adicional de risco? — questionou.

Fleury volta a pedir atenção para o setor sucroalcooleiro

Em pronunciamento na sexta-feira, Fleury (DEM-GO) pediu mais atenção do governo federal para o setor sucroalcooleiro. Segundo o parlamentar, usineiros e produtores de cana têm enfrentado dificuldades, levando ao fechamento de usinas.

— Usinas de Norte a Sul do Brasil estão fechando. Está

ficando difícil produzir. Elas estão trabalhando no vermelho — disse o senador, cobrando maior diálogo do governo com o setor.

Fleury ainda relatou problemas enfrentados pelos produtores de soja e cobrou a elaboração, de forma antecipada, de um planejamento para o setor agrícola e pecuário.